organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação.

b) Contrato de Gestão - A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 08 de maio de 2008, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos,e prorrogado até 07 de maio de 2014 através do 13° aditivo. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitano e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I – Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II – Indicadores de Qualidade; e III – Prestação de Contas. O hospital atende o objeto contratual com implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessário para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. **2. Base de Preparação.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 10 de março de 2014. **2.1.Base de Mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moedas funcional e moeda de apresentação.** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **3**. **RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneia consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. . **a) Estimativas contábeis** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Entidade use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das Transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. **b) Ativos circulantes e não circulantes.** *Caixa e equivalentes de caixa*: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos. *Contas a receber de clientes:* As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. *Provisão para créditos de liquidação duvidosa:* constituição em montantes considerados suficientes pela administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. *Estoques:* Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. *Imobilizado*: Demonstrado pelo valor de custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. *Intangível*: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. **c) Passivos circulantes e não circulantes** Os Passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **d) Provisões** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **e) Subvenções** As subvenções Governamentais tanto para aquisição de imobilizado quando para custeio das atividades são reconhecidas pelo seu valor original e registradas ao resultado do exercício obedecendo ao regime contábil de competência. **f) Patrimônio Social** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

g) Apuração do superávit dos exercícios. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência do exercício, inclui o efeito líquido entre as receitas e as despesas, tendo seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. As receitas auferidas correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e a subvenção que quando recebidas, são aplicadas em bens de capital, distinguindo-se o registro de cada uma na escrituração de acordo com a respectiva natureza. Por sua vez os gastos incorridos no custeio são registrados como despesa, de forma que na apresentação das demonstrações financeiras o resultado da operação da Entidade tenda a um equilíbrio entre as receitas e as despesas, observado os princípios contábeis e de acordo com as cláusulas estabelecidas em contrato. **(h) Instrumentos Financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e partes relacionadas. **Passivos financeiros não derivativos.** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: Fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2.013	2.012
Fundo Fixo	2.500	2.500
Banco conta movimento. **(a)**	148.053	1.484.729
Aplic. financeiras de Curto Prazo (**b**)	4.059.101	2.003.838
	4.209.654	**3.491.067**

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em contas correntes depositadas no Banco Banpará e Banco do Brasil.

(b) Correspondem a certificado de depósito bancário, aplicado no Banco Banpará, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, remuneradas as taxas de 97% a 102%(Em 2012-97%) do CDI(Certificado de Depósito Interbancário).

5. CONTAS A RECEBER

Descrição	2.013	2.012
Secretaria Exec. De Saúde Pública	13.125.415	14.470.817
Prov. p/ créditos de Liq duvid. (a)	(942.180)	14.470.817
	12.183.235	**14.470.817**

Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R$ 12.183.235.

(a) Provisão para créditos de Liquidação duvidosa- Constituída para fazer ao valor de R$ 942.180 a receber da Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, vencidos a mais de 180 dias e sem expectativa de recebimento.

6-ESTOQUES

Descrição	2.013	2.012
Dietas enterais e parenterais	75.186	29.421
Fios cirúrgicos	47.265	67.006
Material de radiologia	92.095	136.188
Material Hosp. de consumo	790.309	914.167
Material hosp. de reposição	57.026	94.633
Medicamentos	617.920	559.548
Higiene e Limpeza	211.093	132.807
Demais Materiais	411.236	366.486
	2.302.130	**2.300.256**

7.IMOBILIZADO E INTANGIVEL

A) Composição	2.013			2.012
		Depreciação		
Imobilizado	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	13.182	-9.436	3.746	6.270
Instrum. Médic. Hospit.	173.082	-81.134	91.948	104.526
Equip. de inform.	801.176	-206.829	594.347	438.385
Maq. e equip. hospit.	4.554.214	-1.086.096	3.468.118	3.689.402
Mov. e Utens. escrit.	489.801	-117.868	311.933	163.807
Mov. e Utens. Hospit.	372.046	-150.205	221.841	205.206
Obras em andam.*	3.323.745	-	3.323.745	1.691.993
(-) Subvenção a realizar	-2.365.607	-	-2.365.607	-2.693.120
Total do ativo imobil.	**7.361.639**	**1.711.568**	**5.650.071**	**3.606.469**
Direito uso de software	183.812	-19.588	164.224	146.598
Total intangivel	**183.812**	**-19.588**	**164.224**	**146.598**

*As Obras em andamento corespondem a construção de 40 (quarenta) novos leitos de UTIs com término previsto para julho de 2.014.

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE